

## GRITO SILENCIADO EM ARQUIVOS E GUETOS: SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E A HOMOSSEXUALIDADE

### SILENT SCREAM ON ARCHIVES AND GUNS: BRAZILIAN EDUCATIONAL SYSTEM AND HOMOSEXUALITY

**Marcio Jose Silva**

Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura  
na Universidade Presbiteriana Mackenzie  
msilva.mackenzie@gmail.com

**Renan Antônio Silva**

Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,  
UNESP - Araraquara  
lepp@rc.unesp.br

**Resumo:** *O sistema educacional brasileiro está preso aos mesmos ideais do século XVI: de poucos e para poucos, perpetuando sempre uma mesma minoria com poder político e econômico sobre as massas indefinidamente maiores em número. É um projeto com estratégias elaboradas para que o menor número possível de pessoas tenham oportunidades, especialmente jovens que deveriam caminhar à universidade. Como resultado, ceifamos taxas absurdas de homicídios, violência doméstica e extermínio de negros. Pessoas que não são conformadas aos padrões sociais de sexualidade, devido à sua identidade, notadamente travestis e transexuais, são tratados como sub-humanos, esquecidos e ferozmente perseguidos.*

**Palavras-chave:** *Educação; Exclusão; Universidade; Transversalidade; Violência.*

**Abstract:** *Brazilian educational system is attached to the same ideals of the sixteenth century: from few to few, always perpetuating the same minority with political and economic power over the masses indefinitely larger in number. It is a project with strategies designed so that as few people as possible have opportunities, especially young people who should go to university. As a result, we reaped absurd rates of homicide, domestic violence, and black extermination. People who are not conformed to social patterns of sexuality, because of their identity, notably transvestites and transsexuals, are treated as subhumans, forgotten and ferociously persecuted.*

**Keywords:** *Education; Exclusion; University; Transversality; Violence.*

## Introdução

No século IX a.D., os árabes fundaram a primeira universidade do mundo ocidental em Fez, Marrocos. No século XI foi a vez da primeira universidade na Europa, em Bolonha, Itália. A Espanha, por ocasião da invasão da América, traçou como uma das suas políticas para com seus territórios, o estabelecimento de estabelecimentos de ensino ali, evitando que os *criollos*, neo-espanhois nascidos no continente americano, saíssem para vir até suas universidades na Europa, assim, a partir de 1538, com a Universidade de São Domingos, começam a ser criadas as instituições de ensino superior no continente americano. Razoavelmente concluímos que toda estrutura de ensino que possibilitasse acesso à universidade estava, mesmo que lentamente e sob os cuidados de Ordens católico-romanas, sendo desenvolvido.

As políticas do Reino Português foram bastante diferentes; o Império e a República não seguiram passos muito diferentes. Os jesuítas foram os responsáveis pelo sistema educacional brasileiro, diferenciado entre o dado aos filhos da oligarquia, que seguiriam estudos na Europa, especialmente Coimbra e ‘os outros’. Uma Faculdade no Brasil só será efetivamente estabelecida no final do século XVIII e mais evidentemente com a fuga da família real portuguesa para o alémmar a partir de 1808. Porém, mesmo parecendo estranho, o Brasil só verá o nascimento de uma universidade quase meio século depois da República, isto é, em 1934 com a criação da Universidade de São Paulo<sup>1</sup>. Veja que o país que ideologicamente olha para o futuro caminha de costas para tal:

<sup>1</sup> Há muita controvérsia quanto à primazia entre as universidades no Brasil, pois, pelas leis Rivadávia Corrêa (8.659/1911) e Maximiliano (11.530/1915), surgem a Universidades de São Paulo, Paraná e Manaus em 1911, 1912 e 1913

são mais de 400 anos desde a invasão portuguesa até uma universidade no país!

## Crise projetada para Educação

Esse nascimento tardio da universidade no Brasil, segundo algo declarado muitos anos depois por Darcy Ribeiro (2011, p. 56) denunciou em 1977 o que realmente se passava no sistema educacional brasileiro dizendo: “Em consequência, a crise educacional do Brasil, da qual tanto se fala, *não é uma crise, é um programa*. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos”. Ademais, fez a contundente denúncia:

Primeiro, que não é nas qualidades ou defeitos do povo que está a razão do nosso atraso, mas nas características de nossas **classes dominantes**, no seu **setor dirigente** e, inclusive, no seu **segmento intelectual**. Segundo, que nossa velha classe tem sido altamente capaz na formulação e na execução de projeto de sociedade que melhor corresponde a seus interesses. Só que este projeto para ser implantado e mantido precisa de um povo faminto, xucro e feio.

As palavras de Ribeiro, proferidas 43 anos após a criação da universidade de São Paulo, foram uma denúncia dirigida especificamente às classes dominantes, a mesma oligarquia da época colonial; o setor dirigente, empresários e lideranças políticas que estão sempre em subserviência às primeiras; o segmento intelectual, as grandes universidades brasileiras resistentes, como grandes feudos que não promovem a entrada dos pequenos, antes cria inúmeros mecanismos para que poucos obtenham acesso. A Universidade de São Paulo é o exemplo mais evidente de instituição pública que não deseja em seus quadros estudantes oriundos das camadas populares da população. Apenas frações lhe são conveniente.

Até 2017 essa não tem ações afirmativas para com as populações minorizadas<sup>2</sup> em massa, notadamente negros. Há uma estratégia irrisória que possibilitaria aos estudantes da rede pública acederem à universidade, o INCLUSP. Porém, é clara a intenção de se conter o acesso desses ‘outros’ na USP. Isso não causa espanto porque um país que chama populações que excedem 100 milhões de *minorias* está com um sério problema de eufemismo. Aliás, quando a USP decidiu se aventurar no SISU, a Faculdade de Medicina de São Paulo, estritamente proibida aos populares, recusou-se a aderir e, em entrevista à repórter Ana Carolina Moreno, em junho de 2015, o diretor da FMUSP, Prof. Dr. Auler Júnior, teria dito: “o ENEM é avaliatório, a FUVEST é **seletiva**. Quanto mais se inclui, **mais você tem o problema da permanência**, precisa ser bem visto isso, senão você começa a ter problema da evasão.”

Lendo a reportagem, é impossível não recordar o que disse Ribeiro sobre a necessidade de setores da sociedade em cercear o acesso à educação superior de qualidade, pública, às massas da população. O Prof. Dr. Auler Júnior parte do pressuposto que estudantes das camadas populares são naturalmente propensos à evasão, como que num determinismo e, por essa razão, é importante que a USP seja uma instituição seletiva, não aberta ao público que à ela recorre. Assim, os cursos altamente nobres da universidade são dominados por aqueles que, mesmo tendo igual direito aos demais, mostram-se mais iguais porque estão em condições de concorrência superior, ao passo que os carentes são mantidos no esquecimento, fora do sistema.

Na verdade, essa realidade também foi bem exposta por Bourdieu (1984, p. 102), que falou acerca dos professores universitários, ocupantes do espaço social mais fecundo da educação, as faculdades e universidade, como detentores de um acesso especial ao capital cultural produzido por essa. A esses, o sociólogo dirá que estabelecem um “monopólio do pensamento e do discurso

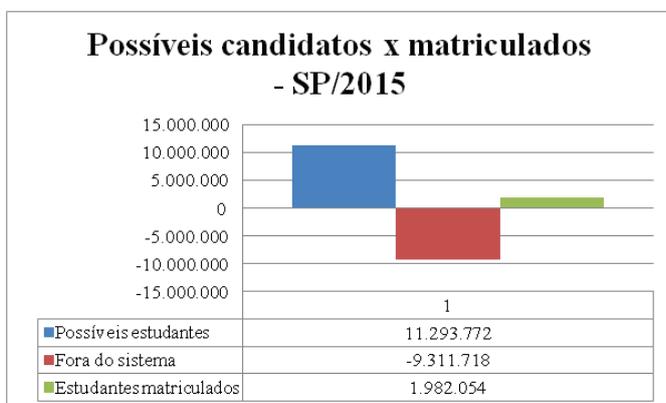
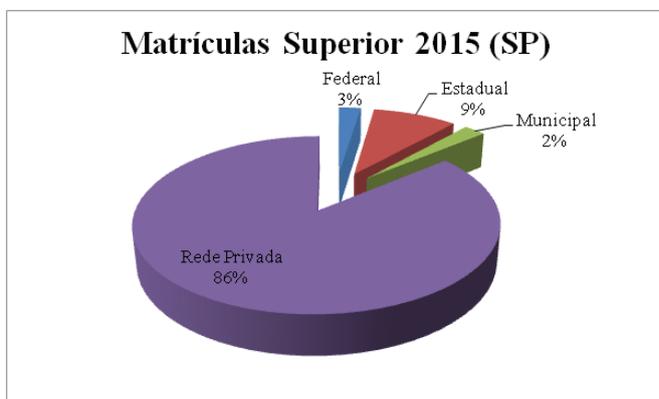
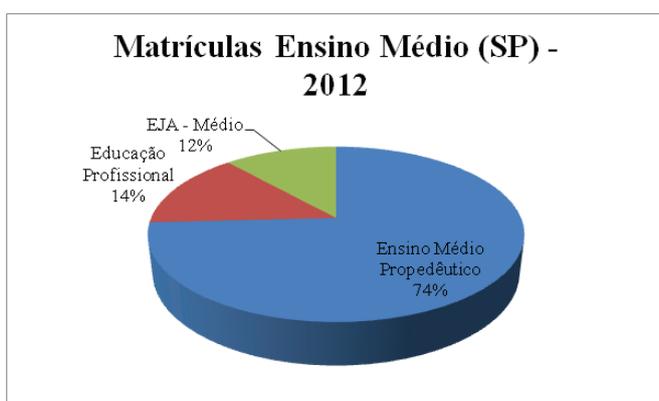
---

respectivamente. Em 1917 a Universidade de São Paulo descontinuou suas atividades, a de Manaus decaiu com o ciclo da borracha e a do Paraná foi se metamorfoseando. Em 1934, o decreto 6.283/1934 cria definitivamente a Universidade de São Paulo, segundo todas as leis federais sobre ensino superior público. Por essa razão consideramos a USP como o marco da universidade no Brasil, sem desmerecer as demais.

2 Usualmente essas pessoas são tachadas como sendo uma minoria, no sentido de inferiorização por não terem acesso aos direitos que se lhes são devidos. Não aceitamos esse eufemismo e colocamos nossa posição: são pessoas minorizadas, taxadas pela sociedade pelo tributo da desigualdade social, indiferença e descaso.

legítimo sobre o mundo social”, baseados numa hegemônica “ciência da ordem e do poder”. Contudo, visto que esses professores buscam racionalizar o que está estabelecido, não ordenar ou reordenar a *res publica*, acabam por “pensá-las como tais, pensar o que é a ordem social”, sem necessariamente buscarem uma mobilização para mudanças. Apercebendo-se disso ou não, então, toda máquina da educação criará um sistema de engrenagens que parece se encaixar com perfeição e lógica até observarmos o que esse efetivamente está construindo.

O Plano Nacional da Educação (PNE), regulamentado pela lei ordinária federal 13.005/2014, propôs vinte metas para educação brasileira. A meta 12, sobre o ensino superior, dispôs: “Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.”. Como o Brasil tem uma facilidade em produzir normas e leis, mas poucas são levadas a sério, ler essa meta leva-nos ao questionamento: até que ponto isso é possível ou mesmo imaginável? Analisando os dados do Censo que o MEC/INEP dispõe, chegamos ao gráfico abaixo:



**Fonte:** INEP/MEC – Censo escolar: 2012-2015 (São Paulo – Estado)

Os gráficos denunciam a realidade brasileira no estado mais rico do país: a educação superior é privilégio de uma minoria, de privilegiados que conseguiu acessar o ensino superior e, pior, encontrando vagas disponíveis em abundância somente na rede privada. Pois bem, considerando

que as instituições de ensino superior de administração municipal são, normalmente, mistas (pela Constituição Federal – 1988, a educação superior não é atribuição dos municípios, algo corroborado pela LDB 9.394/1996), com cobrança de mensalidades, haverá matriculados, no número total, somente 12% em instituições públicas e gratuitas. Como, então, poderíamos esperar que até 2024, como prevê o PNE, será alcançada a taxa de 40% se em São Paulo não chegamos a 20%?

Além disso, consideramos que os que iniciaram o ensino médio em 2012, com potencial de chegar à universidade em 2015. Nesse período, somente uns 17,5% chegaram à universidade. O que se passou com os demais? Ademais, considerando que estamos falando dos números oficiais, que são efeito das matrículas efetuada, tanto no ensino médio em 2012, quanto no ensino superior em 2015, há alguma cifra oculta nesses números. O estado de São Paulo, ainda segundo o IBGE, tem população projetada em 2015 de mais de 44 milhões de pessoas. Assim, nesse universo total de habitantes, apenas pouco mais de 4% está ocupado no ensino superior. Portanto, ou os números revelam uma realidade preocupante, que pouquíssimos em São Paulo logram chegar ao ensino superior ou que não existe interesse.

Por fim, como apenas tratamos sobre os que foram matriculados no ensino superior em 2015, resta-nos saber quantos chegarão à conclusão do seu curso, se é que o farão. Será que estamos lidando com algo novo? Infelizmente não. Romanelli (2013, p. 83), fazendo uma pesquisa sobre a Educação até os anos 1970, deu-se conta de uma população entre 20-29 anos de idade, somente 2,79% tinham o sucesso de aceder ao nível superior. Considerando que se passaram mais de 40 anos daquela pesquisa, parece que estamos estagnados. Vale ressaltar que a pesquisa de Romanelli considerou os números no contexto nacional, ao passo que estamos destacando, por enquanto somente os relativos ao estado de São Paulo.

Esse cenário foi descrito de maneira sucinta por Bourdieu (1993, p. 481) ao dizer:

Deste conjunto, percebemos habitualmente só os extremos: por um lado as escolas precárias, que se multiplicam apressadamente nos subúrbios cada vez mais pobres, para acolher cada vez mais alunos, cada vez menos preparados culturalmente, sem muito a ver com o idealizado com o curso escolar [...]; do outro, colégios selecionados, onde alunos das famílias mais abastadas podem ter uma vida escolar bastante parecida com aquela de seus pais e avós.

O que descrevia Bourdieu não era o cenário brasileiro, mas o cenário da França antes e pós-1950. A grande ilusão combatida nesse trabalho era relacionado à ideia de que o mero acesso aos bancos escolares poderiam mudar as condições socioculturais de uma pessoa. Na verdade, essa hipnose social servia apenas para que os desfavorecidos alimentassem suas ilusões de mobilidade social, ao passo que somente os realmente escolarizáveis, que traziam consigo um *corpus* de conhecimentos específicos e necessários à ‘sobrevivência’ na escola, poderiam ser beneficiados. O resultado eram os que Bourdieu chamou de “excluídos do interior”, os que foram deixados à parte das políticas públicas voltadas para educação de qualidade, algo que é o problema estrutural no Brasil.

Para ressaltar sua tese, Bourdieu fez uma comparação entre antes e depois dos anos 1950: antes as escolas de ensino secundário eliminavam de forma prematura e desumana as crianças oriundas de famílias culturalmente desfavorecidas e as seleções tinham como base a situação social; após os anos 1950, crianças e jovens provenientes de pais com profissões manuais (pequenos comerciantes, os artesões, agricultores, operários de indústrias) passaram a ter acesso a escolas de ensino secundário, ocasionando o aumento de concorrência e investimentos por parte das categorias mais favorecidas. Mas, aos poucos os novos beneficiários perceberam que o acesso ao ensino secundário não lhes garantiam êxito nele e nem tão pouco, os certificados escolares, lhes garantiam acesso às posições sociais por eles almejadas.

Assim, disse Bourdieu que essa realidade dúplice, a escola que inclui/exclui, uma dicotomia muito bizarra, mas real, na qual o mecanismo de diferenciação de oportunidades e capital cultural entre alunos “bem nascidos” e aqueles que são procedentes de famílias mais desprovidas, fazem com que as mais altas instituições escolares continuem sendo exclusivas como foram no passado

e o sistema de ensino, amplamente aberto a todos e reservado a poucos, consiga a façanha de reunir as aparências da “democratização” com a realidade da reprodução que se realiza em um grau superior de dissimulação. Bourdieu associa o resultado da produção escolar dos alunos ao capital cultural familiar. Isso coopera com os números que vimos sobre São Paulo: o sistema de maneira centrífuga vai paulatinamente alijando aqueles que são considerados ‘os outros’, ao passo que os que podem pagar pela educação, mantêm-se bem inseridos.

Marx (1975, p. 40), já no século XIX, expunha problemas relacionados ao sistema capitalista e a reificação da pessoa humana, ao ponto de a educação passar a ser um processo de incorporação ao mundo do trabalho. Ante os idealismos educacionais, todos laureados pela lei, incluindo a Constituição Federal, pesa a dura realidade chamada ideologia. No século XXI, guardadas os devidos contextos e proporções, há uma nítida comprovação da premissa usada por Marx quanto à valorização das coisas em detrimento das pessoas. Uma vez que a educação está subjugada pelo Estado que detém seu monopólio, fica essa no vai e vem da maré ideológica, sendo essa a moeda de troca pelo poder econômico e político: as massas pedem mais educação; os que detêm poder econômico prometem atender esses anseios; o que é ofertado, caso clássico do Brasil, uma escola inepta sem a capacidade de produzir o esclarecimento, emancipação e autonomia humanas. Portanto, no modelo atual, a escola está *pari passu* com os interesses dos que podem ao passo que os que necessitam, especialmente em sentido social, serão somente um juguete.

No Brasil o que ocorre nos anos recentes é um exemplo dessa verdade política. Um governo, que assume de maneira provisória, como uma das suas primeiras medidas, envia ao Congresso Nacional uma ‘reforma do ensino médio’, dizendo que tem a intenção de conter a evasão. Mas como um problema que é recorrente há décadas pode ser resolvido com uma Medida Provisória sem a ampla discussão com a sociedade civil? O mais impressionante foi a pressa e agilidade do Congresso Nacional em aprovar e transformar em lei essa chamada ‘reforma’ cujos propósitos e efeitos não estão ainda esclarecidos. Sua propaganda institucional, contudo, aparenta algo extremamente preocupante.

Não é uma questão de evasão. Esse novo ensino médio parece estar desenhado para assegurar que as já poucas vagas nas universidades, principalmente públicas, continuem sob os cuidados de um grupo seletivo de estudantes, jovens que são, majoritariamente, de uma classe social favorecida e que tem os recursos instrumentais para obter a educação que permite a escalada até o topo do sucesso acadêmico. A sociedade não se apercebe, as elites políticas se estruturam, as intelectuais se adaptam e assim as oportunidades diminuem.

### Questões transversalizadas pela ideologia

Nesse contexto todo, questões que seriam de precípua preocupação para educação brasileira, passarão a ser meramente transversais, jamais recebendo uma abordagem apropriada ao contexto em que estamos inseridos. Silva (2017, p. 260, 261) fez um levantamento junto a documentos como o Anuário de Segurança Pública do Brasil e obteve os números escandalosos: por dia, treze mulheres são assassinadas; a cada três horas uma é estuprada. O serviço Disque-Denúncia, em 2015, recebeu mais de 220 denúncias de violência contra crianças, isto é, a cada hora, nove crianças ou adolescentes são vítimas de algum abuso ou violência.

Mas a situação caótica não para nesse desastre. Na mesma obra (p. 281), falando sobre a realidade do racismo no Brasil, crime que **não é tipificado no Código Penal (1940)**, mas tratado por uma lei à parte, dificultando as denúncias e investigações desse crime, levam à banalização do racismo no Brasil. O autor diz:

O resultado disso é ceifado em números muito tristes: 77% dos homicídios praticados no Brasil são contra negros, o que significa que um negro, com idade entre 15 e 29 anos, morre a cada 23 minutos; enquanto a taxa de homicídios a cada 100.000 habitantes é de 9,6 para brancos, entre negros a taxa é de 36,9; ser homem negro aumenta em 12 vezes o risco de ser vítima de homicídio. A maioria dos homicídios, especialmente de negros, são registrados, quando em relação à polícia, como autos de resistência, ou seja, a vítima ofereceu resistência,

normalmente atacando, e a polícia revidou, resultando em morte. Esses casos de autos de resistência resultam em 99,2% de arquivamento, logo, nunca serão apurados e os criminosos punidos.

Mencionamos dois aspectos que são um problema brasileiro de extrema preocupação e relevância: violência de gênero, notadamente contra mulheres; violência contra crianças e adolescentes e a violência contra pessoas negras. O Brasil vive um verdadeiro genocídio social, diluídos pela extensão do seu território ou desconsiderados por serem suas vítimas, em grande parte, pessoas pobres, excluídas e marginalizadas por natureza. Falamos de milhares de vidas que passam invisibilizadas pelas ações do Estado e, como sabemos, os números elencados são apenas aqueles que passaram por registro havendo, certamente, inúmeros outros casos não relatados.

A escola, campo fértil para se inculcar a educação e civilidade necessárias à vida em sociedade, é comprimida, ora pela ideologia da qual falamos, em que figura um Estado de tolerância, no qual a verdadeira política pública é a do silêncio, medo e terror; ora pelos interesses dos que detêm poder político para manter o sistema de migalhas: não se nega o acesso às escolas, mas a qualidade é tão ruim que seria comparável com dar a um ser humano migalhas como alimentação diária. O Brasil necessita de melhor educação, mas não convém que essa seja boa como deveria.

Nesse sentido, os problemas que são de profunda relevância e preocupação, afinal, falamos de extermínio de pessoas vulneráveis, passa despercebido. Morrem mais pessoas no Brasil do que as vítimas em zona de guerra. O mesmo acontece no trânsito brasileiro. Não pode ser tido como natural que tantas vidas humanas sejam banalizadas ao ponto de serem desconsideradas de preocupação no sentido de que não se dê à população uma educação que permita à sociedade realizar o tratamento dessas chagas que nos acompanham diariamente.

Ainda sobre a violência de gênero, encontramos dois outros desafios: o campo jurídico (normativo) e o pensamento social. Os diplomas legais do Brasil têm um vício pela expressão 'homem e mulher', como se essas duas palavras fossem capazes de descrever a singular universalidade da pessoa humana. Quanto ao pensamento social, a aversão ao desconhecido, acrescida do medo e da ignorância levam ao ódio, criando uma intersecção social de pessoas que não são de modo algum consideradas como humanas: as que são de gêneros ou identidades de 'gêneros não conforme'<sup>3</sup>. Débora Brito, em uma reportagem para agência Brasil, fez um levantamento junto ao Grupo Gay da Bahia, que faz o Relatório Anual de Assassinatos LGBT no Brasil. A conclusão?

O Brasil novamente é premiado como o país que mais assassina travestis e homossexuais, sendo uma pessoa a cada 25 horas aproximadamente. Os homicídios ocorrem principalmente por tiros, facadas, asfixia e espancamento. As principais vítimas: gays (não definido sexo), travestis, transexuais femininas ('biologicamente homens') e transexuais masculinos ('biologicamente mulheres'). Especificamente esse público é uma grande preocupação por que entre seus membros estão desde crianças até idosos; a vasta maioria é vítimas de muitos abusos, relacionamentos abusivos e violências diversas, com silenciamento; o mais preocupante: **o Estado não mantém controle exato sobre tais números**, por registrar sempre fatos relacionados a *homem ou mulher*, os que não se enquadram nessa descrição, ficarão subnotificados.

Não há igualmente leis claras sobre o crime de violência contra 'gêneros não conforme'. O estado de São Paulo, ainda que tenha a lei 10.948/2001 que criminaliza a discriminação em razão de orientação sexual, não pode socorrer amplamente essa população porque a discriminação não está somente ligada à orientação sexual da pessoa, mas à sua própria identidade. O legislador mostra desconhecimento dessas questões ao cercar a orientação sexual, desconhecendo, por exemplo, que uma travesti pode sentir atração por homens ou mulheres; transexual feminina ou masculino, também. O mesmo se aplica aos bissexuais. Por fim, homoafetivos ou heteroafetivos não estão encarcerados à uma expressão de sexualidade, nem poderiam estar.

O cerne da violência contra os 'gêneros não conforme' é, como já dissemos, a identidade, não a sexualidade. Ocorre que a sociedade não educada para diferença, pois há a ideologia nefasta

<sup>3</sup> Há discussões e severos debates sobre o que vem a ser gênero e identidade de gênero. Como não é nossa intenção adentrar nessa discussão, usaremos a expressão 'gênero não conforme' para tratar das inúmeras pessoas que não estão enquadradas nos rótulos sociais que lhes são impostos, cerceando sua liberdade de ser e agir com o intuito de classificar pessoas como se faz com mercadorias.

de que todos são iguais, cria um fetiche, no estilo descrito por Freud sobre sexualidade. Mello (2007, p. 71) diz:

Certo grau de fetichismo, portanto, está habitualmente presente no amor normal, especialmente naqueles seus estágios em que o objeto sexual normal parece inatingível ou sua consumação é impedida. [...] A situação só se torna **patológica** quando o anseio pelo fetiche passa além do ponto em que é meramente uma condição necessária ligada ao objeto sexual e efetivamente toma o lugar do objeto normal e, mais, quando o fetiche se desliga de um indivíduo e se transforma no único objeto sexual. (*apud* FREUD, 1976) (grifo nosso)

A falta generalizada de esclarecimento sobre os 'gêneros não conforme' e o excesso de rotulações, parecendo que pessoas podem ser descritas e presas a uma única identidade e condição, criou no pensamento social brasileiro o fetichismo quanto a quem são as pessoas que estão envolvidas nessas múltiplas identidades, sendo que uma única pessoa pode ter muitas demonstrações de identidades sem ser, por essa razão, uma pessoa acometida de algum problema de saúde. Ocorre que, nos inúmeros cenários do espetáculo da vida, é essencial que as pessoas possam ser fluidas e adaptáveis às circunstâncias.

Como a sociedade é presa à outra ideologia, a da moral sobreposta à ética, o fato de uma pessoa 'ser' humana, expressando afetos e identidade de muitas formas, causa espanto e rejeição, especialmente por não fazerem isso de maneira amplamente aceito ou considerado, sob a ideologia da moral bom, certo, correto. Com efeito, há uma profunda rejeição, uma patologia quanto a esse fetiche criado em torno do assunto para o qual é mais importante informação do que identificação. Pouco ou nada interessa ao corpo social as preferências sexuais de um cidadão, importa a sua presença e a necessidade de coexistência.

Falar em humanidade, usando somente os genéricos *homem e mulher* não comporta mais a realidade social que o mundo vive. O Brasil não está alheio à essa nova realidade. Sendo o universo humano ainda um território a ser estudado amplamente, restringir é o mesmo que impossibilitar a compreensão das muitas pessoas que nos cercam. Na verdade, dentro do contexto masculino e feminino, há uma enormidade de expressões socioculturais que perpassam as definições simplistas apresentadas à sociedade como um maniqueísmo de gênero fechado, isolado e irreal. Butler (2003, p. 23,24) admite com seriedade que "a ideia de 'representação' só venha realmente fazer sentido para o feminismo quando o sujeito 'mulheres' não for presumido em parte alguma".

Silva (2016, p. 127-148) realiza um estudo sobre as questões relacionadas à escola e a plurigêneros. Seu objeto de estudo, o projeto E-Jovem, em Campinas, fazendo a leitura interdisciplinar de como o contexto escolar pode ser favorável ou excludente quando se trata das populações LGBT+. Em suas considerações finais, ele pontua que: "é fundamental hoje que se ampliem, criem e estabeleçam políticas públicas voltadas para profissionais de educação que trabalhem para deslocar as discussões sobre homossexualidade" (grifo nosso). Logo, a mera inserção de populações LGBT+ na escola não assegurará o acesso ao direito social da educação, pois, a formação do educador é pressuposto fundamental para efetivação desse direito. Não há meios de se preparar educadores para essa tarefa sem uma política pública eficiente, eficaz e ampla.

### Considerações Finais

Na palestra mencionada no início, proferida por Darcy Ribeiro em 1977, foi dado o lembrete que colheríamos os "frutos" e que esses falariam por si mesmos. Infelizmente, há muitos resultados devido à persistência brasileira de aclamar o futuro, não reparar seu presente e olhar de maneira nostálgica para um passado que não foi glorioso ou nobre. O Brasil tem uma política de sonegação de cidadania, do Estado para com os cidadãos. Ao invés de promover e fomentar a riqueza do povo e sua emancipação socioeducativa preferem manter o povo na obscuridade e ignorância, a fim de se perpetuar a mentalidade escravagista do século XIX, que mudou do aspecto físico para o caráter socioeconômico.

Os liberais que combatem o pensamento marxiano com ferocidade é facilmente

compreensível e explicável: são pessoas que estão ao serviço do capital e das grandes fortunas. Pouca ou nenhuma ligação terão esses com pessoas, exceto na sua aparente compaixão que é traduzida nas infundáveis doações, fundações e instituições que criam para denunciar que acumularam além do necessário e, para coibir suas consciências quanto ao seu abuso excessivo de poder econômico, criam seus altares de devoção para serem admirados e chamados pelos humanos de pessoas boas ou caridosas. Não, são apenas oportunistas presas à visão maniqueísta de bom e mal que, aterrorizadas pela ideologia religiosa de inferno vivem a ética medieval esmolária (de pena, compaixão, dó).

O Brasil, dizia Couty, em 1881, não tinha povo. Hoje o Brasil tem povo, mas não tem cidadãos. É cidadão brasileiro aquele que tem os meios para se comprar a cidadania, assim como era o Império Romano do século I a.D.. Na verdade, como Darcy Ribeiro disse que somos uma 'romanidade', tem ele absoluta razão, exceto pelo fato de que não fomos lavados (pretérito passado) em sangue negro e indígenas. Essa 'romanidade' lava, ao ponto de alvejar, suas instituições com esse mesmo sangue. Por quê? Porque os que morrem são pobres, negros, mulheres, transexuais, travestis etc! O que valem essas pessoas?

Historicamente o Brasil é um celeiro de dificuldades. Porém, essas dificuldades sempre foram objetivamente repassadas às populações minorizadas da nação. Não estamos falando de um punhado de pessoas privadas de seus direitos fundamentais, mas de milhões que, desde sempre, estiveram aquém da cidadania preconizada em diplomas jurídicos. Sim, aos milhões, em cifras absolutas, mais de 50% da população são mulheres ou negros, grupos que são justamente esquecidos, banidos e punidos pela ignóbil razão de serem tais, humanos que não se enquadram nas vias do sucesso social: homem, branco e rico; qualquer pessoa fora desse padrão será somente 'outro', no máximo 'alguém', provavelmente um dos muitos 'ninguéns' que grassam no Brasil.

Porém, mesmo sendo os minorizados do Brasil um número tão expressivo, a estratégia política brasileira de invisibilização pelo Estado, especialmente em seu discurso ideológico é uma demonstração de quão insignificantes essas pessoas são feitas em nome de um projeto de poder inquietante. Há, por exemplo, uma propaganda institucional do Ministério da Educação, acerca do novo modelo de ensino médio, que o governo aprovou no Congresso Nacional, na qual jovens discutem sobre as vantagens do novo modelo, à base da Base Nacional Comum Curricular, cuja discussão, notem: 'já começou'. Não estamos falando de algo conclusivo, mas algo ainda desconhecido. Outro argumento falacioso: jovens com os bordões de sempre ('não quero estudar um monte de coisa que não tem ligação com o que quero para meu futuro'), mas sem qualquer realidade concreta possível de discussão porque a verdade é que esse modelo é o esvaziamento e desfuncionalização da escola, à base de premissas que são apenas ilações, não fatos.

O Estado segue tem uma eficiente política pública: a exclusão. Milhões de jovens continuam excluídos do ensino superior porque eles foram eliminados já na educação básica. A qualidade atual do sistema de ensino, especialmente o público, não possibilita a um jovem que está nesse a ideia de cursar numa universidade pública um dos cursos elitizados pela Academia, tais como Direito, Engenharia, Medicina, Economia etc. Nisso, a propaganda institucional do governo, acerca do seu 'novo ensino médio' é realista: jovens declarando sua opção de profissão: técnico para poder trabalhar; professor porque é a sobra do sistema; desenvolvimento de jogos porque é a moda. Enquanto isso, milhões são deixados de lado.

A mais hedionda das propagandas dá conta de que há uma liberdade para estudos, mas não se explica o que é essa liberdade. Fala-se sobre a escolha quanto à vocação profissional, porém, não diz quem ofereceu ou oferecerá essa orientação. O mais deplorável é o que se apresenta: '72% dos brasileiros aprovam' esse modelo, não obstante, não se informa quem são esses que o aprovam e, considerando o alto grau de aprovação, é absurdo prestarem uma informação como essa. Todavia, é evidente o motivo: iludir, enganar, engodar as pessoas para apoiarem todo esse dismantling da educação, especialmente a pública que sofre com séculos de descaso. Em nenhum momento fala-se, por exemplo, em quem a rede privada passará por essas 'reformas', se é que passará. Aos pobres, contudo, é fato que, novamente serão tributados com a política pública mais eficiente do Estado.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Florianópolis: UFSC, 1984.

\_\_\_\_\_; CAMPAGNE, Patrick. “Os excluídos do interior”. In: BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1993

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRITO, Débora. Número de homicídios de pessoas LGBT pode ser recorde em 2016. **Agência Brasil**, entrevista em Brasília, 29 dez. 2016, às 16h22. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/numero-de-homicidios-de-pessoas-lgbt-pode-ser-recorde-em-2016>>.

IBGE. **Estados – São Paulo**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sp>>. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da Educação Básica 2012**. Brasília, 2016. Disponível em: <[HTTP://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse](http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse)>.

\_\_\_\_\_. Sinopse estatística da Educação Superior 2015. Brasília, 2016. Disponível em: <[HTTP://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse](http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse)>.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Vol. 1. Lisboa: Presença, 1975.

MELLO, Carlos Antônio Andrade. Um olhar sobre fetichismo. **Revista Reverso**, Belo Horizonte, ano 29, nº 54, set. 2007, p. 71-76.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Com o novo ensino médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar!** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kdERkLO3eTs>>.

\_\_\_\_\_. **O novo ensino médio vai melhorar a educação dos jovens!** Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=C-M\\_ewoa0iY&t=2s](https://www.youtube.com/watch?v=C-M_ewoa0iY&t=2s)>.

\_\_\_\_\_. **O novo ensino médio vai se mais estimulante e compatível com a sua realidade!** Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=Qp0\\_kuVNskk](https://www.youtube.com/watch?v=Qp0_kuVNskk)>.

MORENO, Ana Carolina. Medicina da USP rejeitou ENEM para priorizar FUVEST e INCLUSP, diz diretor. **Portal G1**, entrevista em 23 jun. 2015, atualizada em 25 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/06/medicina-usp-rejeitou-enem-para-priorizar-fuvest-e-inclusp-diz-diretor.html>>.

RIBEIRO, Darcy. **Ensaio Insólitos**. Rio de Janeiro: Batel, 2011.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 39ª. Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

SILVA, Marcio José. **JAMAIS ESQUECEREMOS – Terrorismo de Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

SILVA, Renan Antônio. Políticas Públicas e Homofobia: Diário de Campo em uma escola destinada ao público LGBTTT. **Revista Comunicações**, ano 23, nº1, jan./abr. 2016.

Recebido em 9 de novembro de 2017.

Aceito em 11 de dezembro de 2017.